



Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

MENSAGEM Nº 068/11.

Ibiúna, 15 de Julho de 2011.

102

SENHOR PRESIDENTE:

- Leia-se em Sessão.
- Cópias aos Edis.
- As comissões.
Ibiúna, 25/07/2011.

Presidente

Tenho a honra de por intermédio de Vossa Excelência, encaminhar à consideração da Nobre Câmara Municipal a presente Proposição, sob o nº 068, e que Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS.

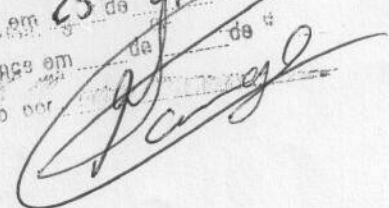
Em assim sendo, solicitamos que a presente proposição seja deliberada ao prazo máximo de que trata o § 1º do Artigo 45 da Lei Orgânica do Município de Ibiúna.

Sem mais para o momento renovamos a Vossa Excelência, na oportunidade, nossos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


GOTTI MURAMATSU
Prefeito Municipal

AO
EXMO. SR.
PEDRO LUIZ FERREIRA.
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA.
IBIÚNA/SP.

ADMINISTRATIVA
Projeto de Lei nº 304/2011
recebido em 25 de 07 de 2011
prazo vence em 01 de 08 de 2011
encabido por 

Secretaria Administrativa
recebido em 25/07/2011
15h15





Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo

304/2011
PROJETO DE LEI Nº 068/11.
DE 15 DE JULHO DE 2011.

“Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS”.

COITI MURAMATSU Prefeito Municipal da Estância Turística de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER que a Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna aprova e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica O Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, objetivando a implantação de cursos profissionalizantes.

Artigo 2º- As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Parágrafo Único - Os serviços de obrigações de cada parte constarão do convênio que, depois de assinado, fará parte integrante desta Lei.

Artigo 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 15 DE JULHO DE 2011.


COITI MURAMATSU
Prefeito Municipal

APROVADO
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE IBIÚNA
EM 24 DE 08 DE 2011
PRESIDENTE
1º SECRETÁRIO

**Minuta de CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-
EDUCACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O CENTRO
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA
SOUZA E O MUNICÍPIO DE-----**

Pelo presente instrumento, de um lado o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, autarquia estadual de regime especial, nos termos do artigo 15, da Lei n.º 952, de 30 de janeiro de 1976, associado e vinculado à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", criado pelo Decreto-Lei de 06 de outubro de 1969, com sede na Praça Cel. Fernando Prestes, 74 - São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.823.257/0001-09, doravante denominado **CEETEPS**, neste ato representado por sua Diretora Superintendente, Professora **LAURA M. J. LAGANÁ**, devidamente autorizada pelo Conselho Deliberativo em sua sessão de .../.../2009 e de outro lado o Município de -----, cuja Prefeitura Municipal está situada na -----, n.º -----, (Bairro)-----,(Município)----- - SP, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º -----, a seguir denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor -----, devidamente autorizado pela Lei Municipal n.º ----- de ---/---/200---, resolvem firmar o presente convênio, de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações, e Decreto Estadual nº 40.722/96, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente convênio, a cooperação técnico-educacional entre o CEETEPS, através de sua Unidade de Ensino Escola Técnica Estadual-----, situada em -----, e o MUNICÍPIO para instalação de classe descentralizada do CEETEPS em -----, visando oferecer cursos profissionalizantes à população do município, conforme plano de trabalho anexo, devidamente aprovado pelos partícipes convenientes, e que constitui parte integrante deste.

16/05

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações do **CEETEPS**:

- a) instalar, no Município de _____, a Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em _____, de acordo com as diretrizes da Unidade de Ensino Médio e Técnico- UEMT;
- b) disponibilizar docentes de seu quadro regular, para lecionarem no presente convênio, por meio de ampliação provisória de carga horária, observando o limite estabelecido no parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 1.044, de 13, publicada no DOE de 14/05/2008, não sendo considerada para efeito de indeterminação do contrato de trabalho;
- c) contratar docentes por prazo determinado, conforme permissivo constitucional, pelo regime próprio da Consolidação das Leis do Trabalho, nos termos da Deliberação CEETEPS 2, de 28, publicada no DOE de 29/01/2009, quando não for possível, a ampliação de carga horária prevista na alínea "b", item 2.1 desta cláusula;
- d) indicar o Coordenador do Curso para acompanhar o processo didático pedagógico;
- e) providenciar registros referentes ao andamento do curso em consonância com as determinações legais, tendo em vista a avaliação e os certificados a serem expedidos;
- e) acompanhar todas as fases que compõem o projeto.

2.2 - São obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) adequar e disponibilizar salas de aulas em perfeitas condições de utilização, para instalação do curso e demais dependências necessárias para as atividades acadêmicas;
- b) responsabilizar-se pela instalação de linha telefônica, energia elétrica e água, e pelos serviços de manutenção, limpeza e vigilância do prédio, onde o curso será instalado;
- c) manter recursos humanos, sob sua responsabilidade, para serviços auxiliares de apoio e de administração escolar;
- f) responsabilizar-se pelo transporte do Coordenador do Curso e dos professores do CEETEPS, do município de _____ até o município de _____ e do município _____ até o município de _____;

g) responsabilizar-se pelas despesas referentes a alimentação do coordenador do curso e dos professores do CEETEPS;

h) responsabilizar-se pelos recursos financeiros referentes as horas dispendidas pelo Coordenador do Curso no projeto, à aquisição/manutenção de equipamentos relativos às atividades práticas e ao material didático e de consumo necessários à perfeita realização do curso;

i) estabelecer, em conjunto com o CEETEPS, os critérios de seleção para os candidatos que frequentarão o curso, responsabilizando-se pelas despesas decorrentes;

j) acompanhar todas as fases que compõem o projeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GRATUIDADE DO CURSO

O curso previsto no presente convênio será gratuito aos alunos matriculados, conforme estabelece o inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal.

CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO DO CONVÊNIO

Para a administração das atividades do presente convênio, os partícipes indicam como Gestor _____, Diretor da Escola Técnica Estadual _____, como responsável pela fiscalização, solução e encaminhamento de questões técnicas, administrativas e financeiras que surgirem durante a vigência do presente convênio. São atribuições do Gestor:

I – zelar pelo fiel cumprimento das obrigações dos partícipes e do Plano de Trabalho, no que tange à execução das metas, obedecendo ao cronograma físico e o uso adequado dos recursos financeiros empregados, por cada partícipe, na consecução do objeto;

II – monitorar, permanentemente, as ações de execução do convênio, de forma a assegurar que as atividades programadas sejam efetivadas de acordo com as especificações dos conteúdos do curso, consignados em Plano de Trabalho, avaliando-os, periodicamente, propondo, se necessário, a sua correção;

III – elaborar relatório técnico, quando solicitado, demonstrando o cumprimento do objeto e metas estabelecidas no Convênio.

[Handwritten signature]

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 - As despesas decorrentes da implantação e desenvolvimento do projeto correrão por conta de recursos orçamentários de cada partícipe, não havendo repasse de recursos financeiros por parte de ambas as instituições.

5.2- As despesas do CEETEPS correrão pelas seguintes dotações econômicas, consignadas em seu orçamento:

12 363 1024 5292 0000 – Manutenção do Ensino Público Técnico

Certificação: natureza da despesa – 33.90.39.99

5.3- As despesas do MUNICÍPIO, constantes do item 2.2, da Cláusula Segunda, correrão por conta de recursos próprios de seu orçamento, suplementadas se necessário, conforme disposto na Lei Municipal nº ----- de ----/----/----;

5.3.1- As despesas do MUNICÍPIO, a que se refere ao Coordenador do Curso, independentemente de seu nível, corresponderá a 10 (dez) horas aula semanais de trabalho no valor de R\$ 14,10 (quatorze reais e dez centavos) a hora aula, equivalente ao da categoria de Professor IV a que alude a Lei Complementar nº 1.044, de 13, publicada no DOE de 14/05/2008.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá a duração de -----(-----) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo observando-se em qualquer caso, o prazo máximo de sessenta (60) meses de vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

O presente instrumento poderá ser alterado, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, respeitado o objeto do convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

Este convênio poderá, a qualquer tempo, ser denunciado mediante notificação prévia de trinta (30) dias, ressalvada a faculdade de rescisão, desde que comprovado o não cumprimento de qualquer das suas cláusulas, garantindo-se a conclusão das atividades em andamento.

CLÁUSULA NONA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos por acordo entre os partícipes, através de seus coordenadores, desde que observado o objeto do convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro de uma das Varas da Fazenda Pública da Capital de São Paulo, por mais privilegiado que outro seja, para dirimir dúvidas e litígios que por ventura ocorrerem na execução do presente convênio.

Nestes termos, firmam-se o presente documento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas, para que, desde já, produza os efeitos de direito.

São Paulo, de , de 2009

LAURA M.J. LAGANÁ
Diretora Superintendente
Centro Estadual de Educação Tecnológica
Paula Souza-CEETEPS

Prefeito
Município de _____

Testemunhas:

1. Assinatura:

Nome:

RG.:

2. Assinatura:

Nome:

RG.:

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL

APROVADO
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE IBIÚNA

EM DE
PRESIDENTE

02 DE 08/2011
1º SECRETÁRIO

Considerando que o Chefe do Executivo protocolou no dia 25 de julho de 2011 o Projeto de Lei nº. 304/2011 que "Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS.";

Considerando a necessidade de autorizar o Executivo Municipal a celebrar Convênio de cooperação técnico-educacional entre o CEETEPS, através de sua Unidade de Ensino Escola Técnica Estadual, para instalação de classe descentralizada, visando oferecer cursos profissionalizantes à população de Ibiúna, com habilitação profissional técnica de nível médio, antiga reivindicação de todos os munícipes;

Considerando a relevância da proposição acima, conforme justificado;

Diante do exposto, requeremos à Mesa, nos termos dos Artigos 131, 132 e seus incisos do Regimento Interno, seja o Projeto de Lei nº. 304/2011 colocado em Regime de Urgência Especial e incluído para discussão e votação na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

SALA VEREADOR RAIMUNDO DE ALMEIDA LIMA, EM 02 DE AGOSTO DE 2011.

Jamil Marcicano
VEREADOR - DEM

PAULINHO SASAKI
VEREADOR - PTB

Ismael M. Pereira
Vereador - 2º Secretário

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

Este convênio poderá, a qualquer tempo, ser denunciado mediante notificação prévia de trinta (30) dias, ressalvada a faculdade de rescisão, desde que comprovado o não cumprimento de qualquer das suas cláusulas, garantindo-se a conclusão das atividades em andamento.

CLÁUSULA NONA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos por acordo entre os partícipes, através de seus coordenadores, desde que observado o objeto do convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro de uma das Varas da Fazenda Pública da Capital de São Paulo, por mais privilegiado que outro seja, para dirimir dúvidas e litígios que por ventura ocorrerem na execução do presente convênio.

Nestes termos, firmam-se o presente documento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas, para que, desde já, produza os efeitos de direito.

São Paulo, de , de 2009

LAURA M.J. LAGANÁ

Diretora Superintendente
Centro Estadual de Educação Tecnológica
Paula Souza-CEETEPS

Prefeito

Município de _____

Testemunhas:

1. Assinatura:

Nome:

RG.:

2. Assinatura:

Nome:

RG.:



COMISSÕES

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266
www.camaraibiuna.sp.gov.br e-mail: camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br

PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº. 304/2011

AUTORIA CHEFE DO EXECUTIVO

RELATOR: VEREADOR JAIR CARDOSO DE OLIVEIRA

**COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS E ORÇAMENTO; OBRAS,
SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS; E EDUCAÇÃO, SAÚDE E
ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

O Chefe do Executivo apresentou para apreciação desta Casa de Leis no dia 25 de julho de 2011, o Projeto de Lei nº. 304/2011 que “Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS.”

A Comissão de Justiça e Redação em análise a proposta original, quanto a sua competência, sob a legalidade e constitucionalidade, emite parecer favorável pela tramitação regimental, pois a proposição tem o objetivo autorizar o Executivo Municipal a celebrar Convênio de cooperação técnico-educacional entre o CEETEPS, através de sua Unidade de Ensino Escola Técnica Estadual, para instalação de classe descentralizada, visando oferecer cursos profissionalizantes à população de Ibiúna, com habilitação profissional técnica de nível médio, conforme discrimina a “cláusula primeira – do objeto” da minuta do convênio que acompanha a proposição, nada impedindo a deliberação pelo Douto Plenário.

Sob o aspecto financeiro e orçamentário, a Comissão competente em estudo, também exara parecer pela tramitação regimental, pois as despesas que a Prefeitura vier a assumir em razão da execução do convênio correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário conforme aponta o artigo 2º. da proposição.

As Comissões de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas; e Educação, Saúde e Assistência Social quanto a suas competências, exaram parecer pela tramitação normal, pois a celebração do convênio possibilitará que o município de Ibiúna possa implantar cursos profissionalizantes gratuitos aos nossos jovens, após o processo de vestibulinho, reivindicação muita antiga de toda a nossa população, que passa a ser concretizada com a autorização legislativa desta Casa.

Ao Plenário que é soberano em suas decisões.

É o parecer.

**SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO, EM 02 DE
AGOSTO DE 2011.**

JAIR CARDOSO DE OLIVEIRA

RELATOR – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**CHARLES GUIMARÃES
VICE-PRESIDENTE**

**EDUARDO ANSELMO DOMINGUES NETO
MEMBRO**



COMISSÕES

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.camaraibiuna.sp.gov.br e-mail: camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br

Parecer ao Projeto de Lei nº. 304/2011 – fls. 02

ROQUE JOSÉ PEREIRA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PAULO KENJI SASAKI
VICE PRESIDENTE

CLÁUDIO ROBERTO ALVES DE MORAES
MEMBRO

JOSÉ BRASILINO DE OLIVEIRA

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES
PRIVADAS**

ISMAEL MARTINS PEREIRA
VICE - PRESIDENTE

PAULO KENJI SASAKI
MEMBRO

JAIR CARDOSO DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLÁUDIO ROBERTO ALVES DE MORAES
VICE - PRESIDENTE

JAMIL MARCICANO
MEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 260/2011

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS".

COITI MURAMATSU, Prefeito Municipal da Estância Turística de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER que a Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna aprova e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º.- Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, objetivando a implantação de cursos profissionalizantes.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Parágrafo Único – Os serviços de obrigações de cada parte constarão do convênio que, depois de assinado, fará parte integrante desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 03 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2011.**


PEDRO LUIZ FERREIRA

PRESIDENTE


JAMIL MARCICANO

1º SECRETÁRIO


ISMAEL MARTINS PEREIRA

2º SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – Jardim Vergel de Una - 18150-000

Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241-1266 - 3248-7228

www.camaraibiuna.sp.gov.br e-mail: camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br

Ofício GPC nº. 313/2011

Ibiúna, 03 de agosto de 2011. *FLB*

SENHOR PREFEITO:

Através do presente, encaminho a Vossa Excelência o **AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 260/2011**, referente ao Projeto de Lei nº. 068/11, nesta Casa tramitou com o nº. 304/2011 que “Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS.”, aprovado na Sessão Ordinária realizada no dia 02 p. passado.

Sem mais, valho-me do ensejo para apresentar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

[Handwritten Signature]
PEDRO LUIZ FERREIRA
PRESIDENTE

AO EXMO. SR.

COITI MURAMATSU

DD. PREFEITO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA.

N E S T A.

Recebi 05/03/11

Horário: _____

Alexandra



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241-1266
www.camaraibiuna.sp.gov.br e-mail: camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 304/2011 de autoria do Chefe do Executivo deu entrada na Secretaria Administrativa no dia 25 de julho de 2011, e foi lido no expediente da Sessão Ordinária do dia 02 de agosto de 2011, onde recebeu Requerimento de Urgência Especial nos termos regimentais, para inclusão, discussão e votação na Ordem do Dia da mesma Sessão Ordinária.

Certifico mais, colocado em votação nominal na Ordem do Dia da mesma Sessão Ordinária o Requerimento de Urgência Especial foi aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores, e devido a aprovação do Requerimento de Urgência Especial foi apresentado o parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas; e Educação, Saúde e Assistência Social, e após colocado em discussão e votação o Projeto de Lei nº. 304/2011 foi aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores.

Certifico finalmente, que em virtude da aprovação do Projeto de Lei nº. 304/2011 foi elaborado o Autógrafo de Lei nº. 260/2011, encaminhado através do Ofício GPC nº. 313/2011 de 03 de agosto de 2011.

Ibiúna, 05 de agosto de 2011.

Amauri Gabriel Vieira
Secretário Administrativo